



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA CINCO DE JUNHO DE 2023, PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2024

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, conforme Edital de Convocação publicado aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, no Diário Oficial do Município de número 91, Ano XII, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para discussão do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2024. A Audiência Pública presencial foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Sergio R. B. Balaguer, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Bruno Pessuti, Giorgia Prates - Mandata Preta, Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes e Professora Josete. Também estiveram presentes o senhor Alexandre Matschinske, presidente do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), a senhora Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, o senhor Carlos Eduardo Kukolj, do Departamento de Orçamento de referida Secretaria, a senhora Adriane Cristina dos Santos, Diretora de Planejamento, Pesquisa e Inovação do Instituto Municipal de Administração Pública. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Fachinello):- Será colocado, Vereador Ezequias Barros. Passamos, então, para a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Conforme Requerimento 054.00008.2023, aprovado na Sessão de 24 de maio de 2023, os horários destinados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais estão reservados para a realização da Audiência Pública da Fase de Discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024. Convido a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, composta pelo Vereador Serginho do Posto, Presidente, pela Vereadora Indiara Barbosa, Vice-Presidente, e pelos Vereadores Bruno Pessuti, Giorgia Prates, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete e Osias Moraes, para assumir os trabalhos, iniciando a audiência pública sob a presidência do Vereador Serginho do Posto. *(Assume a Presidência dos trabalhos o Vereador Serginho do Posto)* **O SR. PRESIDENTE:- (L)** Bom dia a todos. Declaro aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, prevista para a fase de discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024. Essa audiência terá a duração máxima de duas horas, com início às 9h41 e término às 11h41. Agradeço a participação do Sr. Alexandre Matschinske, presidente do Instituto de Administração Pública, IMAP Curitiba; da Sra. Daniele Regina dos Santos, superintendente executiva da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba, que fará apresentação também nessa audiência; dos membros presentes acompanhando o Sr. Alexandre, a Adriane

Cristina dos Santos, diretora de inovação e planejamento do IMAP; também do Carlos Eduardo Kukulj, diretor de orçamento da Secretaria de Finanças; do Márcio Heimowski, gerente de orçamentos da Secretaria de Finanças, que estão presentes no dia de hoje. Quero registrar as presenças dos membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereadores Indiana Barbosa, Giorgia Prates, Professora Josete, Bruno Pessuti, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros e Osias Moraes. As demais autoridades, Vereadores presentes, entidades, servidores presentes. Passo, de imediato, à leitura da abertura da consulta pública da realização da audiência. Peço a gentileza à Vereadora Indiara Barbosa para que faça a leitura. **A Sra. Indiara Barbosa:-** (Lê) O Presidente da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização, no uso de suas atribuições legais, torna pública a convocação de consulta pública, debate e audiência pública da fase de discussão da proposição 013.00004. 2023, projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para 2024, e dá outras providências. Previstos no Art. 48, parágrafo 1º, Inciso I da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e Art. 44 da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, conforme o que segue: consulta pública de 16 a 31 de maio na internet, disponível no site www.curitiba.pr.leg.br, 22 a 26 de maio presencial nas administrações regionais, audiência pública dia 5 de junho de 2023, às 9h em Sessão Plenária presencial. Vereador Sergio Balaguer, Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. O edital de abertura de consulta pública e convocação dessa audiência pública, com as instruções para acesso ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na internet, foi publicado na edição 12.168 do Jornal Bem Paraná, na página 12, em 2 de junho de 2023. Também foi publicado no Diário Oficial do Município, nº 91, de 17 de maio de 2023. **O SR. PRESIDENTE:-** Agradeço, Vereadora. Sobre o trabalho dessa audiência, vamos obedecer ao seguinte roteiro: a primeira parte será o relatório da consulta pública realizada pela Câmara Municipal, a segunda parte será a explanação do Sr. Alexandre Matschinske, na terceira parte a explanação da Sra. Daniele Regina apresentando o projeto da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias. Depois, na quarta parte, faremos a concessão da palavra para os questionamentos e sugestões. Primeiramente, sempre aos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, e depois aos demais Vereadores e participantes. Eu pediria que os Vereadores depois registrassem as suas manifestações via sistema, e nós deixamos algumas papeletas disponibilizadas no Plenário para a equipe do Cerimonial atender alguns questionamentos desses cidadãos que estão presentes. Os que acompanham virtualmente esta Sessão também podem se manifestar por meio do e-mail da Comissão de Economia que aparece na tela. Vamos deixar disponível o e-mail da Comissão de Economia na tela para aqueles que desejem enviar seus e-mails com seus questionamentos. De imediato, passo à apresentação do relatório da consulta pública da Câmara Municipal. Peço a gentileza de passar os slides. Então, o orçamento de Curitiba para 2024, este é o resultado da consulta pública ao projeto de Lei de Diretrizes pela proposição 013.00004.2023. (Próximo slide). O conceito da LDO, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, define as metas, prioridades, bem como as regras para elaboração, organização e execução do orçamento para o próximo ano. (Próximo Slide). Doze bilhões e quatrocentos milhões é o montante que Curitiba estima para o orçamento 2024 que consta na LDO, com um crescimento de 4,29% em relação ao ano anterior de 2023. Quatrocentos e quarenta e sete milhões, aqui é um destaque, é o valor que a Capital espera contar para a realização de investimentos, isso é recurso próprio. (Próximo slide). Aqui é o marco legal da consulta pública, a gestão orçamentária participativa é prevista em lei, Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 2001, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101/2000. (Próximo slide). Informação é cidadania. A total transparência, só tem uma correção a ser feita, na tramitação do projeto; disponibilização da página do orçamento da cidade; criação do hotsite da LDO 2024; consulta pública e audiência pública, o que estamos fazendo no dia de hoje. (Próximo slide). Como foi feita a divulgação: No portal da Câmara Municipal,

nas redes sociais, na sede da Câmara Municipal e nas administrações regionais, no período entre 15 e 31 de maio desse respectivo ano. Nas redes sociais, o Facebook, Instagram, Twitter e TikTok. Também no site da Câmara Municipal, através do banner na página inicial e hotsite. Em notícias, foram publicadas no site e distribuídas à imprensa também. *(É apresentado um vídeo do TikTok)*. Esse foi um exemplo do que foi promovido pela equipe de Comunicação da Câmara Municipal. Nas redes foram onze publicações divulgadas nos perfis da Câmara Municipal, com artes, fotos e vídeos como esse que acabou de chamar a atenção do público. *(Próximo slide)*. As reportagens. Foram seis matérias divulgadas no site da Câmara Municipal e distribuídas à imprensa, desde o recebimento da LDO pelo Presidente e demais membros da Mesa, e depois na forma em que ela está tramitando na Comissão de Finanças. *(Próximo slide)*. A repercussão foi a divulgação feita, que resultou em sessenta e seis inserções também pela imprensa sobre o projeto da LDO em diversos canais de comunicação. *(Próximo slide)*. Resultado da consulta, esse período foi de 16 a 31 de maio, e resultou nessas sugestões: quinhentos e vinte e sete participantes, sendo 23,5% pelo site da Câmara, 76,5% pelas urnas distribuídas nas regionais. *(Próximo slide)*. Aí foram elencadas por regional, a CIC com 25,1%, Fazendinha e Portão seguindo com 22,8%, Boqueirão com 19,3%, Boa Vista, Matriz, Pinheirinho, Santa Felicidade, Bairro Novo, Cajuru e Tatuquara. As áreas de demanda. Essas áreas de demandas, cada participante pode sugerir até três áreas prioritárias, que totalizou em mil, trezentas e oitenta e quatro indicações. Aqui nós temos o destaque esse ano para área de Saúde, com duzentos e trinta e nove, seguido por Segurança, com duzentos e vinte e cinco; Obras com duzentos e dois; Educação, cento e noventa. Observamos que essas quatro pastas demonstram, todos os anos, sempre as primeiras, elas variam, às vezes, em primeiro e segundo, mas sempre esses quatro serviços são solicitados como referência pela população, e fica elencado nesse gráfico. Depois ele vem seguindo por demais demandas, no Transporte, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Assistência Social, Habitação e Cultura. *(Próximo slide)*. Esse gráfico demonstra Saúde, Segurança, Obras e Educação, que correspondem a 62% das demandas, e as demais fechando o seu total. *(Próximo slide)*. Aqui foram elencadas as *top* cinco demandas em Obras, as principais foram: a manutenção da pavimentação asfáltica, isso vem sendo recorrente ao longo desse período desse orçamento participativo, a implantação de pavimentação, a construção e recuperação de calçadas, seguida por iluminação e obras de drenagem. *(Próximo slide)*. Área de segurança com as cinco demandas mais solicitadas pela comunidade foram o aumento de número de rondas da Guarda Municipal, ampliação do efetivo da Guarda Municipal, ampliação do sistema de videomonitoramento, ações de prevenção ao uso de drogas, implantação de módulos de Guarda Municipal. Esses foram na área de segurança. Passando para a Saúde, as cinco mais solicitadas foram o aumento de número de profissionais nos equipamentos de saúde, implantação de equipamentos de saúde, aumento na oferta de consultas médicas, reforma de equipamentos de saúde, ampliação do atendimento odontológico na Rede Municipal. Aí temos a Educação. Principais demandas se destacam a melhora dos serviços de maneira geral, esse aqui é muito genérico, o público e os cidadãos que solicitam, depois o aumento de número de profissionais na rede de ensino, reforma de escolas, ampliação de números de vagas em CMEIs, oferta de contraturno escolar e reformas em CMEIs. *(Próximo slide)*. A comissão é formada pelos Vereadores que já citamos no início desta audiência, e nós finalizamos agora **(J)** essa consulta da LDO feita pela Câmara. É importante frisar que talvez as solicitações que vieram pelos canais da Câmara acabam competindo com o Fala Curitiba que o Executivo colocou nas comunidades. Então, aqui é uma observação a ser feita, como o nosso modelo é por urnas e pelos canais das redes sociais não abrangeram da forma, depois será apresentada pelo IMAP, da forma que eles foram até as comunidades buscar essas solicitações e demandas da população. Então o destaque é que a Câmara nesta fase faz a sua abertura de prazo para sugestões, porém um pouco diferente desse modelo e com ampliação maior direto com a população que o Executivo tem feito ao longo desses anos. Então fica aqui

esse destaque. Agora eu vou passar, de imediato, ao Sr. Alexandre Matschinske, Presidente do IMAP - Instituto Municipal de Administração Pública, para que ele faça, num prazo de dez minutos ou mais, se precisar, da consulta do Fala Curitiba. E depois nós passaremos à Sra. Adriane, para falar sobre a proposta da LDO. Então, com a palavra o Sr. Alexandre. **O SR. Alexandre MATSCHINSKE:-** Muito obrigado, Vereador Serginho, a quem cumprimento, e aos demais membros da Comissão de Orçamento da Câmara Municipal, e um bom dia aos demais Vereadores e Vereadoras desta Câmara. Bom, nós vamos fazer uma breve apresentação sobre os resultados do Fala Curitiba da primeira etapa da LDO. Então, gostaria de pedir para que fosse transmitida a nossa apresentação. (*São exibidos os slides*). Muito obrigado. Então esse processo da LDO que foi realizado teve seu início no mês de março. As consultas aconteceram do dia 1º até o dia 31 de março, em dois formatos: on-line, através do site do Fala Curitiba, onde a população pode ali fazer a sua participação, e também através do Fala Curitiba Móvel - uma ação da Prefeitura de Curitiba iniciada no Fala Curitiba do ano passado, que são equipes itinerantes que vão a diversos bairros da cidade, em locais de grande circulação, para poder estar ali num contato mais próximo com a comunidade. A divulgação acontece em vários formatos: através de *cards* distribuídos pelas administrações regionais, chamando e informando a população onde está acontecendo e onde vai acontecer as ações do Fala Curitiba Móvel; também através de jornal de grande circulação, como é a previsão legal, e no Diário Oficial do Município; e também através do site da Prefeitura, com banners, em locais de fácil visualização daquelas pessoas que fazem o acesso ao portal da Prefeitura. Também diversas matérias na Prefeitura e também reportagens e coberturas pela imprensa, podendo auxiliar o trabalho de divulgação da Secretaria de Comunicação Social dos locais onde essas equipes da Prefeitura estavam ali disponibilizando a participação à população. Como o cidadão pode fazer essa participação no Fala Curitiba, nessa primeira etapa da LDO? Cada cidadão pode indicar até cinco subitens, e aqui é importante frisarmos o porquê dessa limitação na participação, onde as pessoas têm que escolher ali cinco entre cento e sessenta ações, para que as pessoas entendam, o cidadão entenda que é necessário priorizar. Então, se nós deixássemos essa ação aberta, muita gente ia acabar escolhendo ali uma quantidade muito grande, o que tiraria o foco em trazer aquilo que é o mais importante e mais prioritário em cada região da cidade. Então cada cidadão poderia indicar até cinco subitens para cada uma das dez regionais. Ao todo são cento e sessenta e dois itens dentro de dezessete consultas públicas e, ao todo, nesse mês de março, para a consulta da LDO, tivemos nove mil seiscentas e sessenta e sete participações, com um total de trinta mil quatrocentas e sessenta e quatro indicações. Então, dentro desses subitens, mais de trinta mil indicações foram feitas por nove mil e seiscentos cidadãos. Pode passar, por favor. O credenciamento então foi feito todo através do portal do Fala Curitiba e também a possibilidade tanto pelo Fala Curitiba Móvel como no formato on-line, onde mil seiscentas e sessenta e cinco participações foram feitas através do portal do Fala Curitiba. Pode passar, por favor. Essa participação aconteceu com esses formulários, ao todo foram cento e oitenta e uma ações do Fala Curitiba que aconteceram durante o mês de março, de 1º a 31 de março, promovidas nas administrações regionais, com um total de oito mil e dois formulários preenchidos. Pode seguir, por favor. Essas equipes do Fala Curitiba Móvel fizeram oito visitas diárias, então, ao todo são quatro equipes fazendo, tanto no período da manhã como no período da tarde, oito visitas por dia, com um total de cento e oitenta e uma ações promovidas. Então essa participação em formulários também tem a mesma possibilidade que foi levada até a comunidade, através do Fala Curitiba Móvel, exatamente as mesmas opções que estavam disponíveis para a participação nesse formato, eram exatamente as mesmas que estavam disponíveis através da internet. Pode seguir. E aqui, Vereador Serginho, eu trago os resultados. Nós podemos observar que, independente do tamanho da participação, o que nós observamos é que as políticas públicas são exatamente as mesmas, talvez com alguma variação ali, como você mesmo comentou que muda a posição, mas o pedido, se nós pegarmos

os quatro primeiros, são exatamente os mesmos. Então, nós vemos ali: obras públicas, segurança e educação, dentre os quatro mais lembrados pela comunidade, como necessidade de investimento para o próximo orçamento. Então, nós tivemos aí: obras públicas, segurança, saúde, trânsito, meio ambiente e transporte, vamos ver como as principais ações. Projetos viários, assistência social, esporte e lazer, habitação, cultura, segurança alimentar, urbanismo, empreendedorismo, direitos humanos e turismo, como as ações mais lembradas dentro das políticas públicas e das possibilidades de participação da comunidade. Então, agora nessa etapa que nós estamos hoje no Fala Curitiba, que são as audiências presenciais, e partimos para o detalhamento, pegamos, por exemplo, obras públicas, pavimentação, drenagem, recape e iluminação, são os temas mais lembrados, o que vem seguindo muito do que foi falado nas audiências públicas da Câmara. Pode passar, por favor. Aqui um infográfico que, vamos dizer, traz um pouco de todas essas informações que eu falei agora de uma maneira mais prática, com o total de participações, a quantidade de fichas preenchidas no Fala Curitiba Móvel pela internet, o total de ações que aconteceram dessas equipes do Fala Curitiba, os temas mais lembrados, os três primeiros mais lembrados, e as indicações feitas, o total de indicações feitas dentro de todo o processo da LDO. Pode passar. E aqui eu finalizo fazendo um agradecimento especial à equipe do imap que faz com que essa ação aconteça, um trabalho árduo de toda a equipe, então aqui a Adriane, nossa diretora que coordena esse trabalho, a Simone Iubel, que é uma das coordenadoras também do programa, a quem até eu faço aqui uma saudação especial, porque está fazendo um tratamento médico, está afastada, mas tenho certeza que está assistindo a nossa apresentação aqui, estimo melhoras a ela; a Bianca, a Dayana, a Elenita, a Karen e a Maíra, que são servidoras do imap de carreira, que fazem com que esse programa aconteça e tenha todo o reconhecimento que vem tendo ao longo desses anos. Então aqui registro o meu muito obrigado a todos, a todos os servidores, a todas as servidoras. E passo a palavra de volta ao Presidente Serginho, e me coloco à disposição para qualquer dúvida e eventuais perguntas. Muito obrigado. *(Palmas)*. **O SR. PRESIDENTE:-** Eu que agradeço ao Presidente do IMAP, e aqui quero fazer uma correção, em tempo, uma observação que o Líder Pier Petruzzello nos trouxe, que eu pronunciei de forma equivocada Alexandre "Martinski", é Matschinske. Perfeito, nome próprio temos que fazer a pronúncia correta. E também da nossa Diretora de Inovação e Planejamento, a Sra. Daniele Cristina dos Santos, e não Daniela. Fica aqui o registro. Obrigado, Vereador Pier. Eu quero, de imediato, passar a palavra à senhorita... *(Pausa)* Adriane Cristina dos Santos e não Daniele dos Santos. O fato de serem gêmeas e irmãs fez com que eu me confundisse, Vereadora. Mas eu vou passar, de imediato, a palavra à Daniele dos Santos, Superintendente da Secretaria de Finanças, para que ela faça a explanação da LDO 2024. Com a palavra. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Ok. Então bom dia aos Srs. e Sras. Vereadoras e a quem está nos assistindo. Hoje nós vamos falar sobre o projeto da LDO. E eu trago um enfoque um pouquinho diferente hoje, Presidente, no sentido de demonstrar o quanto a LDO é distinta da questão orçamentária por um processo de planejamento, ela se caracteriza como um processo de planejamento. Então nós vamos ver, no desenvolver da apresentação, como ela auxilia no processo de formatação da lei orçamentária que virá na sequência para a Câmara, no mês de setembro. Se puder colocar a apresentação. *(É exibida a apresentação)*. Então, a LDO, nós fizemos a nossa audiência pública lá da Prefeitura no mês de maio, conduzida pelo Carlos, nosso diretor de Orçamento. Pode passar. Então, nós temos o acesso ao projeto de lei, ele está garantido o acesso pela transparência no Portal do Município, o projeto já está lá colocado, as pessoas podem consultar, sem problema nenhum. Pode passar para a próxima. Nós vamos falar ali sobre a questão dos ciclos orçamentários, só para que entendamos o encaixe da LDO nesse processo. Nós temos as leis orçamentárias divididas em três: o PPA, que é aquela lei maior que nos dá o parâmetro, o caminho a ser seguido, que é baseado aí já no plano de governo dos prefeitos, o PPA é uma lei de quatro anos, ela vem a cada quatro anos; a LDO e a LOA são leis anuais e visam trazer o horizonte do planejamento do PPA para a

realidade da aplicação do recurso mesmo. A LDO faz justamente esse caminho entre uma e outra e traz a questão do planejamento de uma maneira bastante detalhada, para que possa dar base ao desenvolvimento da Lei Orçamentária. Pode passar. Nós estamos na terceira LDO, estamos formulando a terceira LDO desde o PPA. Então é uma LDO que vai servir para o ano de 2024, a última LDO sempre ocorre na próxima legislatura, para um próximo prefeito, assim vamos evitando que seja quebrado o ciclo de planejamento. Pode passar, para a próxima. Então o projeto em si. A LDO, vem da Constituição Federal, o conceito dela é muito claro, que são metas e prioridades da administração, as diretrizes da política fiscal e as respectivas metas, **(K)** em consonância com a trajetória sustentável da dívida, e orientará a elaboração da lei anual que disporá sobre as alterações da legislação tributária e estabelecerá a aplicação das agências financeiras oficiais de fomento quando elas existirem. O conteúdo da lei, conforme a Constituição e a LRF, ela traz, e vocês vão ver que é um projeto bastante volumoso, ele traz ali as metas e as prioridades da administração; ela traz as informações sobre as despesas de capital que ocorrerão no exercício subsequente; ela traz a orientação de como é elaborada a LOA; as alterações da legislação tributária, então, aquilo que nós vamos alterar, as questões tributárias do ano seguinte; a política de aplicação das agências; o equilíbrio das contas públicas através de receita e despesa; ela fixa critérios de limitação de empenho, ou seja, caso as receitas não se realizem, como nós vamos proceder para que possa diminuir as despesas; as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos programas; e a condição e exigências para o tratamento do recurso à entidades públicas, a transferência de recursos à entidades públicas e privadas. Além disso, ela disporá de anexos. Então, o projeto trata desses temas e nós teremos anexos onde vão trazer as metas e prioridades, e os anexos das metas fiscais e dos riscos fiscais; anexos que mostram as metas anuais; avaliação dessas metas do exercício de 22; as metas fiscais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores; a evolução do patrimônio líquido; a origem da aplicação dos recursos obtidos na alienação de ativos; a avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, é um relatório bem consistente sobre a questão do RPPS; a estimativa e a compensação das renúncias de receitas, nós vamos olhar essas renúncias hoje; margem de expansão da despesa obrigatória, qual é a margem que nós temos para expandir despesas obrigatórias; e o demonstrativo dos riscos fiscais e as providências que temos para esses riscos. E além disso, no final vem o Anexo III que mostra os projetos em andamento. É um longo anexo, bastante detalhado sobre o que está em andamento no Município. Então, vamos ao projeto de lei. No projeto de lei vocês vão encontrar o Capítulo I, que vai trazer metas e compatibilidades com o PPA. No Capítulo II, organiza a composição da LOA, vai dizer como ela é composta, todos os quadros, os anexos, qual é a quantificação que está lá dentro. O Capítulo III vai tratar sobre a questão da reserva de contingência, e ali fica consignado que ela tem que ser 0,5% da receita corrente líquida, no mínimo. Uma consignação legal. No Capítulo IV a execução do orçamento; a publicação obrigatória; os recursos que nós temos para o ECA; os precatórios que até o dia 31 de julho têm que estar na Câmara para que vocês saibam quais são os precatórios. Assim que nós recebemos da Justiça eles são encaminhados para a Câmara. A regra do sistema SGP, que fecha no último dia do exercício, não havendo possibilidade de fazer execução nenhuma após esse período. A grade prioritária das despesas, quais são as prioridades para que se formule o orçamento, quais são as despesas que serão prioritárias; e estabelece a coordenação da elaboração da LOA no ano de 2024. O Capítulo V traz a programação financeira e desembolsos que será realizada para o exercício 2024 consigna que até o dia 12 de janeiro de 2024 tem que ser encaminhada para Câmara. E aqui também cabe a regra que vai limitar os empenhos. Então, na lei detalha como serão limitados os empenhos. No Capítulo VI nós temos a questão dos créditos suplementares, as suas composições, os seus conceitos, as suas limitações. No Capítulo VII nós falamos sobre as regras para as transferências públicas, como é que devem ocorrer as regras para transferências públicas, que devem ser observadas na hora que a gente monta os orçamentos.

Bastante importante a observação dessas regras, nós temos muitas emendas que se referem a transferências públicas. Então é importante que a gente observe quais são essas regras para que a gente não consigne no orçamento aquilo que depois não pode ser realizado, em função das regras apresentadas. Também aparece nesse capítulo um item que nos permite a transferência de recursos ao transporte coletivo, que já havia sido uma demanda da Câmara também. No Capítulo VIII nós temos as regras que vão ajustar ao PPA. Então, o que nós vamos modificar, o que precisa ser ajustado ao PPA aparece no Capítulo VIII. O Capítulo IX fala sobre a despesa de pessoal. Nesse capítulo nós temos uma autorização para reajuste dos servidores no limite legal. Então, o que a lei nos permite, e a lei nos permite ajustar, conforme o ano, tem ano de eleição, tem limitações e nós temos que ver a margem que é possível dentro dos recursos. Mas temos uma autorização prévia para o limite legal. No Capítulo X nós temos a questão da legislação tributária. É nesse capítulo que fica observado que o desconto máximo que pode ser oferecido pelo Município a impostos será de 10%, aqueles para pagamento à vista, que foi utilizado esse ano no IPTU e deve se repetir para o exercício que vem. E o Capítulo XI, das disposições gerais que vai nos trazer quais são as obrigações de balanço, relatórios, épocas em que nós temos que apresentar esses relatórios para a Câmara e para publicação. Certo? Esse é o desenho que nós temos no projeto de lei que os senhores já receberam. **O SR. PRESIDENTE:-** Daniele, eu vou pedir um minutinho só para fazer um anúncio importante. Está presente conosco o Vereador de Londrina, Sr. Jairo Tamura, do PL. Ele está visitando esta Casa e acompanhando essa audiência a convite do Vereador Pier Petruzzello. Seja bem-vindo, Vereador. Muito obrigado pela sua presença. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Então, após o projeto de lei nós vamos aos anexos. Primeiro, os anexos das metas e das prioridades. Aqui a gente traz um resumo, é um anexo bastante longo, onde vai estar determinada a questão dos investimentos e das obras. Esse é um resumo que consta lá. As obras, claro, nós vamos ter continuidade das obras; dos nossos grandes financiamentos; a Linha Verde Norte/Sul; o Inter 2; a questão do BRT Leste/Oeste, que é o recurso do NDB; a gestão do Bairro Novo do Caximba, que é a AFD; a drenagem e gestão de riscos, que é o PAC, que ainda está em encaminhamento; nós teremos obras de meio ambiente. Eu não vou ler todas aqui, porque é uma quantidade grande e vocês vão ler isso com mais detalhe no anexo que se encontra. Mas traz os investimentos relatados para o exercício do ano que vem. O Anexo II é das metas fiscais. Nós demonstramos aí a receita que teremos para o exercício, isso sempre chega uns dias antes para vocês, por determinação legal. Mostra uma receita de doze bilhões de reais que teremos; dez bilhões e meio para receita corrente; trezentos e vinte e sete de capital e um bilhão seiscentos e trinta e dois são receitas intraorçamentárias, que são repasses internos, nas áreas do próprio Município. A receita de capital tem um valor menor para o exercício do ano que vem, porque esse ano nós devemos ter um fluxo maior das obras, das grandes obras. Nós temos as grandes licitações ocorrendo, com a vinculação dos recursos já de contrapartida. Então, para o ano que vem esses valores devem diminuir um pouco. E daí normalmente você tem uma entrada menor de recursos também dessas operações. Por isso que você tem um valor que é menor. As despesas: aqui também a gente desenha a despesa, mas não tem ainda a fixação dos elementos, nada disso, é um processo apenas ainda de planejamento. Então, à princípio nossa despesa deve ficar no horizonte dos doze milhões equilibrando. A despesa corrente de onze milhões cento e vinte e um, sendo seis milhões duzentos e sete de pessoal e os demais para as outras despesas de manutenção dos programas e das estruturas do Município. A reserva de contingência, trezentos e trinta e um milhões; e despesa de capital novecentos e sessenta e oito, sendo que nós temos muitas questões voltadas ainda à inversão financeira; temos os fundos que operam nesse limite também; amortização da dívida, que também começa a ficar maior em função da execução efetiva dos programas. No próximo quadro nós vamos trabalhar com um conceito básico necessário para que a gente entenda as demais demonstrações que vêm dentro do anexo das metas fiscais. Falamos ali sobre o conceito da receita primária. Então

temos que entender que as receitas primárias são as receitas de maneira geral, retirando as operações de crédito, aplicação financeira e alienação de ativos. Ou seja, é a receita efetiva que a gente gera na arrecadação do Município com as transferências. As despesas primárias também, são as despesas de maneira geral menos juros e amortização da dívida. Ou seja, é uma despesa contínua que a gente já tem normalmente dentro do Município. O resultado primário se dá entre as receitas arrecadadas e as despesas efetivas. Ele é um resultado que vai excluir essa questão ali das... as receitas primárias e as despesas primárias, que vai aparecer como resultado primário. Ou seja, é efetivamente o centro das finanças, aquilo que efetivamente nós arrecadamos e aquilo que efetivamente a gente tem de despesa, é um núcleo duro do processo de despesa do Município. É isso que nós chamamos de resultado primário. É por isso que ele é um resultado relevante, tanto no Município quanto na União ele é um resultado importante, porque significa que seja o ente que for, e nós temos uma discussão grande sobre o resultado primário na União, seja o ente que for, está arrecadando o suficiente para dar conta das suas despesas gerais. Isso nos causa uma pressão muito grande, nós temos os resultados primários acontecendo aqui, mas se você olha para a União, as diversas promessas que nós temos de recursos da União, e agora a dita da reforma tributária que nós vamos ter, e nós olhamos para uma União que tem um resultado primário deficitário em mais de cem bilhões de reais. Então, isso causa uma apreensão muito grande, até que ponto essa reforma vai realmente servir para equilibrar esses déficits e prejudicar muitas vezes os entes que hoje estão equilibrados. Então, o resultado primário é um resultado importante, relevante no processo de planejamento. E o resultado nominal? O resultado nominal é o conceito fiscal mais amplo, ele representa a diferença entre o fluxo de receitas totais, todas as receitas, inclusive as receitas das aplicações financeiras e as despesas totais, inclusive as despesas com juros num determinado período. A diferença entre um e outro representa a necessidade de financiamento que nós temos dentro do Município. São conceitos teóricos, mas que trazem a demonstração e são relevantes na LDO, porque a LDO trabalha, permeia em cima dessas questões. E essas são as metas fiscais que nós estamos fixando lá para o exercício de 2024. A receita total de doze bilhões quatrocentos e vinte e um; a receita primária, nove bilhões quinhentos e quarenta e seis; a despesa total de doze bilhões quatrocentos e vinte e um, e não pode ser diferente; e a despesa primária de nove bilhões setecentos e noventa e sete. Nos dá um resultado primário, à princípio negativo, de duzentos e cinquenta e um milhões. Certo? Porque nós temos um peso que vai acontecer na entrada dos recursos, que normalmente vem dessas operações, de outras... *(Alguém faz uma pergunta fora do microfone)*. Já está com tudo. E o resultado nominal, que é menos quatrocentos e oitenta e sete milhões. Normalmente a gente parte, na LDO, com os números ali negativos, e a gente vai ver que na execução eles se transformam com as entradas que nós temos de superávit e de outros recursos, **(V)** para dar conta desse andamento. Pode passar para a próxima. Esse é o quadro que vai nos trazer a avaliação das metas relativas a 22, quais eram as metas fixadas e quais são as metas que foram realmente realizadas. Então, tínhamos a receita total fixada em dez e realizamos onze seiscentos e quarenta e nove. As receitas primárias fixadas em oito quinhentos e noventa e oito e foram realizadas nove quinhentas e vinte e cinco; as despesas totais dez duzentos e vinte e quatro, como era a receita, e tivemos uma despesa na ordem de onze trezentos e trinta e oito. Podem ver que subimos a receita, e a despesa sobe, mas sobe em menor proporção. As despesas primárias ficaram na ordem, eram fixadas em oito setecentas e trinta e cinco, foram realizadas nove trezentas e noventa e três. O resultado primário, e aí verificamos, ele era previsto como negativo e ele positivou em cento e trinta e dois milhões. O resultado nominal também era negativo em cento e oito e positivou em quinhentos e trinta e oito milhões, demonstrando que não temos essa necessidade de financiamento porque estamos super positivados. A dívida pública consolidada era de um quatrocentos e oitenta e um, e ficou em um quatrocentos e quarenta e cinco. As metas são sempre metas com previsão, com base no PIB, também por determinação legal, PIB, as metas de inflação. Nem

sempre isso se realiza no decorrer do exercício, às vezes pode ter algumas alterações. A dívida consolidada líquida prevista era de um duzentos e cinquenta e quatro negativos, e ela ficou em dois quatrocentos e oitenta e seis negativos. A dívida negativa significa que temos uma quantidade de recursos, que é o nosso superávit, que está acumulado, suficiente para quitar a dívida e sobrar todo esse montante. Para o próximo quadro temos a comparação dessas metas, também é um dos pontos, então vimos desde 2020, 21, 22, 23, trabalha o de 24, que está previsto, e colocamos 25 e 26. O importante desses quadros é perceber que temos receitas crescentes e nossas receitas primárias são crescentes. Então continuamos tendo uma força muito grande da arrecadação municipal. Pode passar para o próximo quadro. Esse é o quadro da dívida pública, que demonstra a dívida pública consolidada, os seus valores, e abaixo a dívida pública consolidada líquida. Vamos até 2026 ainda, pelo colocado até aqui, com uma dívida consolidada líquida negativa, ou seja, ainda teremos aporte de recurso suficiente para dar conta das dívidas contratadas. É mais do que suficiente. O próximo quadro é um comparativo do resultado primário e nominal. Então, temos ali até 2023 o desenho da realidade que sempre se apresenta, dos resultados primários. Em 2020 com a deste ano temos já uma previsão para um resultado primário inferior, já negativo em função dessas entradas de recursos que temos. Vamos ver o quanto elas se realizam, depende do andamento que temos dos serviços das obras. E já para os outros exercícios, como temos ainda só as previsões, as previsões demonstram um resultado primário e um resultado nominal que ficam negativo, e só vão ficar maiores lá em 2026 com a realização plena dos nossos programas. Passamos para o próximo quadro. A evolução do patrimônio líquido. Demonstramos desde o exercício de 2020 qual é a evolução que temos tido do patrimônio líquido do Município, o patrimônio vem crescendo, e o patrimônio do regime previdenciário que demonstra que a cada ano está mais negativo. Por isso estamos fazendo as recorrentes alterações, necessidades dos aportes para que possamos dar conta de reequilibrar esses patrimônios. Na outra tela, a questão da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos. São as vendas que ocorrem dos bens móveis e imóveis do Município. Então, estamos demonstrando quanto foram esses valores no ano de 2020, 21 e 22, e qual foi o devido uso que tivemos. Temos ainda, no ano de 2022, um saldo financeiro de três milhões oitocentos e seis mil reais, e este saldo também já deve ter sido encaminhado à aplicação neste exercício. O próximo quadro fala sobre a avaliação e a situação financeira do RPPS. Trouxe aqui o resumo, no relatório da lei essa avaliação é bastante longa e traz todas as informações que temos a respeito da questão do RPPS. Então, aqui temos a quantidade dos beneficiários ativos e dos beneficiários, a remuneração média e a folha mensal que tem sido paga dos ativos e dos beneficiários. Na sequência, temos as contas, como vai ser esse tratamento do recurso, as contribuições tanto patronal quanto dos segurados, o aporte financeiro que está sendo feito. E aqui trazemos o exercício de 2024 já com o incremento, que deve estar chegando na Câmara essa lei fazendo essa alteração. Então, já estamos prevendo um incremento para o aporte do exercício que vem, é um incremento de mais de duzentos milhões de reais para que possamos ampliar o aporte dos recursos do RPPS. As compensações que são feitas com o INSS, ainda muito pequenas. Temos uma fortuna sendo devida pelo INSS aos municípios no critério das compensações, e isso acaba por não ocorrer, então temos a compensação muito pequena. Aposentamos pessoas com grande tempo de contribuição no INSS e pagamos essas pessoas sem que o INSS nos repasse a parte que foi contribuída para eles. Então, esse valor ainda é um valor muito significativo e de difícil discussão com a União. Não recebemos a parte do INSS, recebemos muito pouco. Não tem previsão, não tem nada. Realmente é uma discussão eterna que não se resolve. O fato é que o Município acaba por ter que aportar e remunerar essas pessoas, sem receber a parte devida do INSS. As receitas financeiras são sempre receitas muito relevantes, porque os valores aplicados são valores relevantes. O total das receitas que temos, o total das despesas e o resultado anual. Este ano devemos ainda ter um resultado negativo, por isso que estamos corrigindo os aportes para o ano que vem, e

o ano que vem e o outro já teremos resultados positivos. Pode passar para o próximo. Avaliação da situação financeira. Então, estão ali os aportes. Vamos sair do horizonte de seiscentos e sessenta e quatro milhões e vamos passar aqui oitocentos e noventa e um, acho que está líquido aqui, quer dizer, é um crescimento de 34% que será feito dentro dos aportes que serão encaminhados ao IPMC. Virá uma lei específica para alteração desses aportes, não sei se chegou ainda, Serginho. O próximo quadro. No próximo quadro falamos das renúncias fiscais. Acho que aqui é um ponto também relevante que precisamos colocar. Hoje, quais são as renúncias que temos? O quadro é bem mais completo dentro da lei, é só um resumo desse quadro, mas ele traz o recurso que se abre mão de arrecadação para determinadas ações de renúncia. Então, do ISS temos quatro renúncias, que são as renúncias para o mecenato, onze milhões e meio; para o Tecnoparque, cento e quarenta e três milhões; competitividade, que também é um incentivo para manter empresas do Município, dezessete milhões e oitocentos; o ISS que é feito para os recém-formados, profissionais liberais, na ordem de dois duzentos e trinta e cinco. O IPTU, trouxe aqui só alguns dos mais relevantes, mas o IPTU temos muito mais, passa de vinte incentivos. Então, trouxe só alguns aqui, que são esses relevantes, o incentivo ao esporte, que hoje está em quinze milhões; a isenção por área, que são aquelas áreas inferiores a setenta metros quadrados, que hoje geram isenções da ordem de quatorze milhões; área verde, que é onde tem áreas preservadas que são fiscalizadas, hoje estão em cento e vinte e um milhões; e os aposentados de baixa renda cinco milhões cento e setenta e quatro. Tem muito mais incentivos dentro do IPTU, o quadro vai mostrar isso. Eu fecho ali a coluna, a última coluna traz os valores totais de cada área. Então ISS cento e setenta e cinco milhões; IPTU cento e setenta e sete milhões de incentivos; o ITBI, temos os incentivos relacionados à Cohab e parcerias, na ordem de três milhões; a regularização, o incentivo que foi feito para que haja regularização, que está na ordem de um milhão e meio, e aos imóveis financiados até cento e cinquenta mil também na ordem de quatro milhões. É um incentivo menor, mas também a relevância do imposto muito inferior, oito milhões e meio. Temos a taxa de coleta de lixo que tem as extensões do IPTU e tem os inscritos na FAS, e fecha quatorze milhões de reais. E o pagamento à vista da taxa de coleta de lixo e do IPTU nos faz abrir mão de cento e setenta milhões de reais. Isso fecha os incentivos. O dinheiro que deixamos de arrecadar no sentido de proporcionar para as pessoas incentivo para os seus comércios, incentivo para sua habitação, regularização da sua habitação fecha o valor de quinhentos e quarenta e cinco milhões de reais. É um valor maior do que o Município investe diretamente. Então, é relevante, acho que isso é importante sempre termos em mente, é um valor relevante, precisa ser observado com cuidado o tempo todo, inclusive sobre as suas recorrentes solicitações. Ampliar isso tem peso dentro do orçamento do Município, de um orçamento de dez bilhões de reais. Isso tem peso. A próxima tela por favor. Aqui a margem de expansão de despesas obrigatórias. Também é um quadro técnico, que mostra qual é o aumento da despesa permanente e qual é a redução que temos de despesa permanente previstas para o exercício. E aqui vamos mostrar a margem bruta, que é oitenta e três milhões, destas temos novas despesas correntes previstas na ordem de setenta e cinco, e as novas despesas geradas por PPP na ordem de sete, ou seja, a margem para expansão das despesas correntes é zerada, hoje não temos uma margem prevista dentro do orçamento. O próximo quadro é um quadro pode passar que demonstra os riscos fiscais. Também é um quadro bastante detalhado e longo, que vai aparecer para vocês no projeto de lei e vai demonstrar que temos riscos fiscais na ordem de oitocentos e vinte e dois milhões de reais; as demandas judiciais nos trazem um risco de quatrocentos e trinta e um milhões; os avais e garantias dez milhões; a frustração de arrecadação que pode ocorrer na ordem de cem milhões de reais; restituição de tributos, a maior, acabamos por ter restituído durante o exercício uma série de processos por contestação. A pessoa às vezes paga duas vezes, temos que restituir, na ordem de dois milhões; obras emergenciais, temos um risco de cinco milhões; as discrepâncias de projeções, na hora que fazemos, todos esses números são projetados, então podemos ter alterações

na ordem de vinte milhões de reais; as emergências em saúde quarenta milhões; temos o transporte público, um risco de cento e oitenta e oito milhões; subsídios vinte milhões, e discrepância em juros temos alterações de taxas, principalmente do mercado internacional, conforme podem ocorrer. Então, temos riscos totais na ordem de oitocentos e vinte e dois milhões de reais. Para enfrentar esses riscos possuímos a reserva de contingência, os superávits e o Funrec, que é o nosso Fundo de Recuperação, que pode ser acionado em casos específicos, que nos dá a guarida a isso. Hoje temos recursos suficientes para fazer frente a qualquer demanda nesse sentido. Então com isso, devolvo ao Presidente. É a composição que temos dentro do projeto de lei. **O SR. PRESIDENTE:-** Agradecemos à Daniele pela sua apresentação. **(I)** Vamos abrir para as perguntas. Na ordem, primeiro aos membros da Comissão de Finanças. Na sequência, peço aos Vereadores que se inscrevam para os seus questionamentos. Vou abrir as perguntas, Daniele, na verdade, fazer alguns comentários, porque acho muito importante a forma como você vem apresentando as peças orçamentárias aqui na Câmara. Observamos que após a Lei de Responsabilidade Fiscal, o aprimoramento, tanto dos órgãos de controle que a cada ano aprimoram a forma de vocês apresentarem os resultados, mas também as exigências desses órgãos com o Executivo. E a observação que eu faço é que ele tem vindo, nos últimos anos, muito próximo do que está sendo executado. Isso também nos dá muita tranquilidade. Nós passamos a transição, eu digo isso pelo fato de estar no quinto mandato, e tínhamos um orçamento e umas projeções que eram colocadas, através de leis de diretrizes, que não eram alcançadas, ficavam muito distantes do dia a dia do que o Município realizava. Vejo isso muito consistente. Uma outra observação a fazer é que os quadros e os relatórios têm vindo a esta Casa dentro do prazo que a lei tem estabelecido. Observo isso também por parte da Procuradoria, que anualmente tem entregado o relatório de precatórios dentro do prazo, isso é uma lei. Entendemos que tivemos alguns momentos falhos que esta Câmara não recebeu relatórios e, principalmente, esse do pagamento de precatórios. Eu tenho visto que vocês estão cumprindo dentro dos prazos, e isso nos deixa bastante tranquilos do ponto de vista da forma como vem sendo administrado. A observação que eu gostaria de fazer, entrando na pergunta, é que os nossos investimentos projetados para 2024 estão abaixo dessa projeção de 2023. Então, gostaria que fizesse essa observação, em colocar para nós nesse sentido, por que a queda dessa diferença de relatório. Também dois nós que você colocou aqui, muito importante de serem discutidos. Na apresentação da audiência pública do quadrimestre, o Secretário comentou que o Município fez um novo acordo em relação ao pagamento do PIS/PASEP. E esse é um dado muito importante, porque os municípios, ao longo dos anos, nunca conseguem liquidar, ou seja, eles nunca conseguem amortizar a dívida, só fazem o pagamento. E agora, esse é um novo passo que a União deu. Quando eu falei "balançar o Congresso", também fiz um comentário esses dias nesse sentido, porque observamos também que essa dívida do INSS com o Município já vem de longas datas, ou seja, se o servidor contribuiu dez anos para o INSS, e quinze anos ao Município, um exemplo, esses dez anos eles não repassam ao Município. Ou seja, é um dinheiro que fica na União, que poderia vir para os cofres do Município e serem aplicados em diversas áreas. Isso prejudica muito os municípios. Acho que o Congresso deve essas discussões aos cidadãos e aos municípios, em especial. Observamos também que na última semana o STF, para fazer a devolução do ICMS aos governos, exigiu que os governos estejam com suas contas em dia, senão não receberão o repasse de forma parcelada, que foram aquelas perdas pela compensação na baixa do combustível. Então, tudo isso que você nos traz é importante a reflexão. Uma outra observação também, que é no quadro de renúncias de receita, apresenta-se um valor maior de renúncias do que de investimentos. Isso também é importante observar. Claro que tudo aprovado por lei, estamos obedecendo a legislação atual, mas são importantes observações a serem feitas para projetar e pensar o orçamento, de que forma o Município se movimenta, principalmente em momentos de crise, como passamos recentemente. Então, ficam aqui essas observações. Quero parabenizar a sua apresentação, de forma muito

objetiva, isso temos visto nos últimos anos, uma apresentação muito transparente, e dados que estão no Portal da Transparência, e aqui merecem um destaque. E também para a Câmara Municipal de Curitiba, que tem colocado os seus dados no Portal e todas as suas informações estão acessíveis a qualquer cidadão. De imediato, passo a palavra aos inscitos. Temos aqui no painel a primeira Vereadora inscrita, Professora Josete. **A Sra. Professora Josete:-** Bom dia a todos e a todas. Agradecer a presença da equipe do IMAP e também da Secretaria de Finanças. Gostaria de apontar algumas observações para que possam haver esclarecimentos. Em relação às obras que estão em execução, do projeto do Caximba, gostaria de saber em que etapa as obras se encontram. Qual é o desembolso do Município que já foi realizado e qual a previsão para 2024? Também em relação ao IPTU, chegaram algumas demandas para nós, que eu gostaria de pontuar, porque temos a informação genérica em relação às isenções, mas não temos acesso ao detalhamento disso. Então, há exemplos de conjuntos habitacionais que eram isentos e que são, realmente, conjuntos de habitação popular, e a partir desse ano houve a cobrança do IPTU. Então, gostaria de saber onde podemos consultar, se há um decreto, o que existe determinando a isenção, ou não, do IPTU. Também solicitamos a prorrogação do prazo do período de recurso, porque essas demandas chegaram até nós e, infelizmente, não foi acatado. E o sistema existente, que é o PROCEC, é de difícil acesso. Nós, ali no gabinete, seguimos o caminho e é difícil. Então, temos a preocupação que esse processo possa ser facilitado, possa ser mais didático, para que a população possa acessar. Ainda, aí uma pergunta bem objetiva em relação à questão da segurança pública, temos ali no Anexo I, a Função 6, Segurança Pública, na Subfunção 181, Policiamento, Programa Curitiba Que Não Dorme, não localizamos de forma explícita a questão da formação da Guarda Municipal. Então, a pergunta é: em qual dessas ações isso estaria previsto? Porque temos tido ações bastante questionáveis da Guarda, inclusive, com adolescentes sendo mortos. O último foi um adolescente lá da região do CIC. Então, qual seria a ação? Onde está inclusa a formação da Guarda Municipal? Seria isso, obrigada. **A SRA. SECRETÁRIA:-** Próxima Vereadora inscrita, Giorgia Prates. **A Sra. Giorgia Prates - Mandata Preta:-** Bom dia a todos, todas e todes. Cumprimento também o Sr. Alexandre, a Sra. Daniele. A minha pergunta também é bem rápida. Gostaria de saber, assim, temos discutido muito na Comissão de Economia e também aqui na Câmara a questão do baixo valor arrecadado na alienação e permuta de bens e imóveis, terrenos da Prefeitura de Curitiba. Ali na página 88, do anexo, está constando na apresentação uma redução de receita de capital, de 2020 para 2022, referente à gestão de imóveis. Eu gostaria de saber qual o possível impacto no aumento da receita do Município com a venda desses bens. Obrigada. **A SRA. SECRETÁRIA:-** Eu também tenho um questionamento, aí fechamos o bloco da Comissão. Percebemos que tanto na LOA do ano passado, quanto agora na LDO, foi incluída a Ação 2264, que é o aporte para o equilíbrio tarifário, foi uma nossa sugestão, que discutimos bastante no ano passado, inclusive, como emenda na LDO, e agora foi incluído. Acho que foi positivo. E agora o objetivo é que não precisemos ficar discutindo aqueles aportes, porque já é uma coisa prevista, então, só para mencionar. Em relação às metas, a ação 1222, parceria público privada do serviço de iluminação pública, percebemos que houve uma alteração drástica na meta de pontos de iluminação executada em relação ao ano passado. A meta era de cinquenta mil pontos, e aumentou para cento e cinquenta e nove mil pontos. Qual o motivo desse aumento? Além da PPP, mas perguntamos se não é uma quantidade muito alta, e se não seria próxima do total da parceria. E ainda, em relação às metas, as ações 6002, 6003, em relação à assistência de crianças e de adolescentes, percebemos uma redução grande nas metas, na quantidade de atendimento. No ano passado, tinha uma quantidade de três mil e trezentos e oitenta e um, e quatro mil e quatrocentos e quarenta, e agora reduziu para dois e duzentos e quarenta e quatro e para três e quinhentos e oitenta e um. Também qual o motivo dessa redução? Porque é uma área que tem bastante demanda, inclusive, vimos nas apresentações que a questão da criança e do adolescente, da educação e da assistência, é uma área que

sempre nós, aqui da Câmara, recebemos demandas das instituições, da população. Então, qual é o motivo da redução nessas metas? Obrigada. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Então, realmente, temos buscado manter muito a proximidade da execução das nossas leis, Vereador Serginho, e trazer o orçamento para uma realidade efetiva. A distância do orçamento da realidade criou um vácuo financeiro no Município que foi muito prejudicial. Então, todo trabalho que foi feito no sentido que pudéssemos colocar o Município em novos trilhos financeiros passa por manter o planejamento dentro da proximidade de sua execução, e temos sido muito criteriosos nesse ponto. Então, por vezes, fazemos projeções que se demonstram, na execução, inferiores ao que vai ser executado, mas temos preferido manter essa linha para que não tenhamos necessidade depois de fazer cortes, ou de ver disparar a despesa quando não possuímos recursos para dar conta. Então, temos procurado muito esse trabalho. Também, de manter rigorosamente os relatórios nos prazos. Às vezes há demandas da Câmara para que encaminhemos antes os relatórios. Há uma dificuldade de execução, são relatórios detalhados, exigem o fechamento do Município inteiro, de todas as nossas agências, dos nossos fundos. É complexo. São relatórios que, embora pareçam um quadro aqui, chegar àqueles números, por vezes é bastante complexo, o que dificulta também adiantarmos muito esses prazos. Mas, temos tentado fazer o quanto antes possível. O investimento está abaixo do ano de 2023, Vereador, porque no ano de 2023 temos o grande aporte dos nossos financiamentos. Então, as execuções das grandes obras estão planejadas para o exercício de 2023. Temos grandes licitações ocorrendo nesse ano, onde o aporte de contrapartida é significativo, e por isso, ele fica menor no exercício seguinte. Embora as obras, às vezes, transpassem de um exercício para o outro, o aporte de recurso será nesse ano, e temos optado por fazer o aporte, e já fazer os empenhos do recurso total das obras, no exercício de suas licitações. Até porque, no exercício que vem **(A)** nós temos que cumprir o prazo de final de mandato, por regra do Art. 42, da Lei de Responsabilidade Fiscal, todas essas obras terão que ser empenhadas em suas totalidades. Nós estamos já fazendo isso neste ano e também no ano que vem. Como são grandes licitações este ano, o aporte financeiro ficou maior neste exercício. O acordo do Pasep, na verdade nós temos três grandes dívidas sendo discutidas do Pasep, coisas que vem de 1996, coisas que vem da ordem de 2001 e temos uma que aconteceu recentemente no IPMC. O senhor veja a dificuldade que nós temos às vezes com a Receita Federal. A Receita Federal tributa lá o Pasep, ela impõe o Pasep sobre a receita de cada ente. Nós temos uma receita e ela tributa, o que nós temos brigado muito para tentar mudar, porque o valor que nós pagamos do Pasep hoje é infinitamente maior do que a sua concepção. Se nós tivéssemos que pagar o PIS/Pasep para as pessoas conforme a sua concepção, era muito mais barato ao Município pagar isso do que repassar esse recurso para a União. É muito significativo o valor que vai para a União. E eles chegaram ao critério agora, a Receita Federal no ano passado multou o IPMC por não estar fazendo o aporte ao Pasep. Entenda-se que a receita do IPMC e a receita do Município é a mesma, nós passamos essa receita. Então a receita que nós passamos como aporte ao IPMC eles querem tributar no IPMC novamente, e tiveram ganho de causa até então. Nós estamos na Justiça brigando e daí perdemos no primeiro patamar, porque sempre acabamos perdendo na justiça para a União, e eles nos ofereceram uma condição para que nós pagássemos sem juros. O que fizemos foi um acordo no sentido de que paguemos isso sem os juros, enquanto retomamos as discussões, pelo menos para que, se eles vão tributar isso dentro do IPMC, possamos descontar isso da receita do Município. Mas até então não há muito avanço nisso, eles entendem que são dois entes diferentes e que o Município tem que pagar sobre a sua receita e o IPMC tem que pagar sobre a dele, mesmo sendo a receita do Município encaminhada para lá. Estamos sendo tributados nos dois lugares e a tentativa justamente é derrubar isso. O Pasep é sempre um horizonte de muita discussão, sempre um pedido constante dos municípios para que se reveja as regras do Pasep, que são onerosas para os municípios e que estão totalmente desfocadas da concepção que tínhamos do Pasep na sua inicial. Inclusive, talvez seja um dos pontos que possamos negociar agora na

reforma tributária, quando se encaminha para uma decisão que prejudica os municípios, que são as PECs que estão sendo aprovadas lá e que não serão beneficiárias aos municípios, mas sim à União e ao Estado. De repente a isenção ou então o reajuste do Pasep seja uma alternativa. A dívida do INSS é recorrente também. Tudo que temos que pagar é sempre ganho de causa para a União e tudo que eles têm que nos pagar é difícil conseguirmos. Por isso uma preocupação tão grande com a reforma tributária, que vai centralizar os recursos da União, até que ponto nós vamos ter depois essas dificuldades para receber o dinheiro que hoje temos do INSS arrecadado aqui. Então esta é uma questão que sempre para nós é difícil. A renúncia de receita. Acho que está ali colocada a quantidade que nós temos, no anexo que vocês receberam do projeto de lei isso está detalhado, ela é sempre voltada em lei, sempre aprovada por lei. Então nós temos as renúncias aprovadas por lei e elas são enquadradas nos critérios que recebemos lá. Mas sem dúvida, Vereador, são valores significativos. Temos trabalhado no sentido de peneirar essas informações, cada vez mais detalhadas, para que tenhamos primeiro clareza, para que possamos dar clareza, e que possa ser discutida a efetiva necessidade e eficácia das renúncias. Acho que é preciso sempre ter em mente é que a renúncia tem que demonstrar algum tipo de eficácia. Ela é importante, eu entendo que ela é importante, para que você possa fomentar, para que você possa manter empregos, manter a estrutura, mas ela tem que, de alguma forma, trazer também alguma eficácia ao Município. Isso a longo prazo, às vezes é longo prazo mesmo, tem que se demonstrar importante para o Município, senão ela também não tem porque, e até que ponto é preciso ver se ela é justa com todos que contribuem de forma regular. Então acho que é uma coisa que sempre temos que estar visitando, observando atentamente para não deixar fugir desses critérios. E nós temos feito um trabalho muito grande nesse sentido, Vereador, porque também como nós temos coisas que são muito antigas, que remontam décadas atrás, nem sempre as informações que tínhamos naquele momento chegam aos detalhamentos que hoje nós temos, às vezes é uma busca complexa para que tenhamos todos esses dados detalhados. Respondendo à Professora Josete, [com relação] ao Caximba. O Caximba, foram licitadas duas etapas já, Vereadora, de construção de imóveis. Nós temos uma primeira etapa que já está acontecendo e essa segunda etapa que ainda não iniciou, estava na finalização do contrato. A primeira etapa, a fase 1 e 2, são setecentos e cinquenta e dois imóveis, está bem no início, eu vi umas fotos ontem, anteontem, estão fazendo ainda a base das unidades habitacionais, já foi feito todo o nivelamento, e essa segunda etapa, a 3 e 4 são duzentas e vinte e três unidades que foram contratadas, estão na finalização do contrato, o valor até agora é cinquenta e oito milhões trezentos e setenta e três mil reais, são valores bem significativos que nós temos lá. IPTU, nós temos algumas isenções, todas elas são isenções determinadas por lei, Vereadora, não há nenhuma outra forma de critério de isenção, todas elas são por lei. O que tem é que nós temos isenções que se dão por tempos determinados, nós temos isenções que se dão por critérios. Então nós temos as isenções que eram destinadas especificamente à Cohab, especificamente a empresas que tinham parceria com a Cohab, e esses critérios por vezes vão modificando. Então teria que ver qual é a questão específica para ver quais são os critérios que colocaram essas questões abaixo do que era antes uma prática. **A Sra. Professora Josete:**- Daniele, só para não retomar depois, mas é um decreto que determina isso? **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:**- Não, é lei, só lei, Vereadora. Leis têm os seus critérios. As leis têm critérios e, dentre elas, tem muitas que têm prazos, que determinam prazos para essas isenções. O período de recursos. Nós tivemos um número muito inferior de recursos que esperávamos. Nós preparamos uma grande equipe para receber nas regionais, na Prefeitura, e não tivemos o fluxo de recursos que estávamos imaginando, inclusive presencialmente, não só pelo Procec, que é uma ferramenta para que seja feito um processo digital. Tínhamos as equipes presenciais para receber essas pessoas e para fazer esses andamentos junto com as pessoas, e mesmo nesses locais nós não tivemos, o que era comum, que nós víamos em anos anteriores, que eram filas e essa grande necessidade de recurso. Inclusive,

nos últimos dias de recurso, ao entrar na Prefeitura nós já víamos a situação que estava o atendimento e nos últimos dias nós não tínhamos praticamente ninguém para o atendimento, por isso que não foi prorrogado e não foi dado prorrogação a esse período de recursos. A formação da Guarda, Vereadora, está prevista nas Ações 2.262 e na Ação 2001. Elas compõem as ações que estão dentro dessas ações orçamentárias. Como aqui não vem detalhado ainda, só vem a ação estipulada, elas estão ali. À Vereadora Giorgia, quanto à alienação de bens. O valor da alienação de bens, Vereadora, é realmente muito irrisório ainda dentro das nossas receitas, embora tenhamos algumas vendas de terreno, hoje a maior parte dos terrenos do Município, os terrenos de valor comercial significativo estão ocupados, seja por equipamentos públicos, seja por áreas cedidas. Por exemplo, nós temos uma área cedida à Polícia Federal, têm áreas que estão cedidas a outros órgãos públicos de outros entes. Então as áreas que nós temos são áreas muito assim, o canto da rua, um pedacinho da rua que estava previsto que ia sair e não saiu. São áreas pequenas, são áreas quebradas. Então essas áreas muitas vezes têm um valor realmente reduzido por questões de meio ambiente e tudo. E também assim, dificilmente trabalhamos no sentido de fazer essas alienações, são poucas as alienações dentro do universo das áreas que nós temos. Os recursos são menores mesmo. Então, uma vez vendemos, daí tem uma área maior, mas no resto são valores pequenos e o seu impacto também não é significativo. A maior parte das desapropriações, inclusive grandes que nós estamos fazendo para as obras, têm sido com os recursos próprios do Município, sem ser de alienação. Ok? Vereadora Indiara, nós colocamos realmente as ações para os aportes de recursos tributários do FUC, estamos trabalhando dentro desses valores, e este ano ainda ficamos dentro do valor que estava previsto. E realmente temos mantido. Acho que é importante, agiliza o processo. Na verdade, é assim, o orçamento é autorizativo, o importante é que não bloqueemos a máquina pública em função de uma burocracia por vezes desnecessária. Então, por isso foi atendido e procuramos fazer. Não tínhamos, porque realmente não tínhamos essa situação antes, como ela passou, já está lá este ano a previsão. A PPP de iluminação pública, na 1222, recebemos a meta de que vai ser ampliado nesta quantidade, não sei se a programação é para que se amplie antes e depois faça a manutenção, tem que ver qual é a programação que tem dentro da PPP. As Ações 6002 e 6003, que são específicas da criança e do adolescente, a execução dessas metas está relacionada ao planejamento que nós temos dentro do Conselho. Por vezes você tem alguns projetos que são maiores e têm um fluxo maior de quantidade, certo? E, por vezes, os projetos são maiores, destinados a outras questões e não exatamente à quantidade de crianças. Então conforme o Conselho vai estipulando quais são as projeções que vão encaminhar, essas metas podem variar. Certo? Ok? Acho que são essas. **O SR. PRESIDENTE:-** Continuando os blocos das perguntas, nós temos o Vereador Bruno Pessuti inscrito, na sequência, a Vereadora Noemia Rocha e Pier Petruzzello. Com a palavra o Vereador Bruno Pessuti. **O Sr. Bruno Pessuti:-** Muito obrigado, Vereador Serginho do Posto, Presidente da Comissão. Um dado que chama bastante a atenção são as renúncias fiscais do Município, que têm várias formas de você fazer uma leitura. Eventualmente os quinhentos milhões de reais que aparecem, os quinhentos e quarenta milhões de reais podem parecer muito, e é bastante recurso, mas por outro lado são 5% aproximadamente daquilo que a Prefeitura estima arrecadar dentro do seu orçamento. E me chama bastante a atenção, porque boa parte dos recursos ali colocados têm a sua importância não somente garantida em lei, mas também na geração de riqueza e geração de emprego para o Município. Por exemplo, quando nós vemos o Mecenato Municipal, no valor de onze milhões e quinhentos mil reais, que ainda está abaixo do que a lei poderia permitir, que seria aproximadamente vinte milhões, e para a próxima lei que deve ser aprovada nos próximos dias aqui na Cidade de Curitiba, chegaria até cerca de trinta milhões de reais, afinal a renúncia passaria a ser de até 3%, nós sabemos que se esse dinheiro fosse realmente aplicado no valor total, mais projetos culturais poderiam ser gerados no Município e mais empregos e mais renda poderia gerar dentro da economia criativa, o que faria com

que o nome da Cidade de Curitiba pudesse ser ainda mais forte na área cultural. E, da mesma forma, o Tecnoparque, a competitividade, são importantes porque garantem a manutenção de empresas na Cidade de Curitiba, e essas empresas que fazem desenvolvimento tecnológico aqui no Município, além de se tornarem grandes empresas no futuro, nós temos aqui um unicórnio, por exemplo, como o EBANX, e a Madeira Madeira, que são empresas que eventualmente já fizeram parte do Tecnoparque, ou a Bematech, por exemplo, que viraram grandes empresas e geram muito emprego, alta renda e alta competitividade dentro do Brasil. Então, a importância desses projetos que podem ser, de algum ponto de vista, tratados como uma renúncia fiscal, mas na verdade são oportunidades fiscais para o Município, **(P)** porque ao garantir a permanência dessas realizações não somente na área cultural, mas também na área da tecnologia, você gera emprego, gera renda e faz com que essas pessoas coloquem o seu salário dentro do Município de Curitiba. Gera emprego aqui, a pessoa compra no mercado aqui, que de alguma forma vira ICMS, Curitiba arrecada a maior parte do ICMS, gera IPTU, gera ITBI, então vira uma receita acessória essa oportunidade de renúncia fiscal no Município. Somente falar sobre isso, parabenizando o trabalho de todos, mas também eventualmente falar que a renúncia fiscal é importante, que ela possa crescer em alguns momentos de maneira estratégica para garantir ainda mais receita e geração de renda na Cidade de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Vereadora Noemia Rocha. **A Sra. Noemia Rocha:-** Muito obrigada. Quero cumprimentar os membros da Comissão de Economia, os convidados e todos que estão aqui. Dentro do que está sendo proposto, eu vou perguntar, às vezes até já teve a resposta, em relação à isenção tributária, à isenção de receitas na questão tributária, se está previsto. Aprovamos agora recentemente na Casa o estudo dentro da LDO, justamente nesse quesito, que é a previsão de receita para a isenção tributária para pensar em projetos. Temos um projeto que batalhamos há muito tempo, nós conseguimos aprovar na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na LOA em 2016. Estamos tentando e agora vamos conversar com o presidente da Comissão para eles aprovarem também a emenda, que é sobre a Creche do Vovô, que é um centro municipal de atendimento dia e aí a minha pergunta: é possível? Foi sinalizada essa diretriz? Considerando o aumento de idosos, considerando que temos mulheres mães de três filhos que têm que ficar em casa cuidando desse idoso, dependendo do salário-mínimo desse idoso, ou seja, linha de pobreza. Poderíamos gerar um recurso para essa mulher para que ela possa deixar o idoso às 8h da manhã e buscar às 17h. Dentro do projeto, Daniele, que é um projeto extremamente simples, com uma terapeuta nutricional, uma nutricionista em rede e uma técnica em enfermagem, porque a maioria dos idosos às vezes esquece de tomar o medicamento. Isso é para a baixa renda, talvez um projeto piloto. Então gostaria de saber se existe essa leitura da Prefeitura Municipal, considerando o aumento significativo de idosos que temos. E outro projeto que quero debater aqui que é importante também, que é o centro terapêutico de dependência química como equipamento público. Estamos vivenciando um aumento significativo na drogadição, na situação de rua e há a falta de casas terapêuticas no Município de Curitiba, isso é uma dificuldade nacional e que talvez pensássemos como equipamento público para que essas pessoas que estão aí alugando galpões, colocando dentro de casas, pudessem ter um espaço para essa recuperação, porque há um índice elevado de recuperação desses dependentes químicos nas casas terapêuticas. No mais, muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra o Vereador Pier Petruzzello. **O Sr. Pier Petruzzello:-** Obrigado, Vereador Serginho. Quero cumprimentar a Dani, a Adriane e toda equipe do IMAP, na figura do Matschinske também. E a pergunta é ao meu amigo Alexandre Matschinske, mas antes parabenizar toda equipe do IMAP mais uma vez pela realização do Fala Curitiba. Quero perguntar se ele acredita, porque esse modelo é bom, logicamente do Fala, ele funciona, mas o que daria ainda para aprimorar, uma vez que sabemos logicamente que a população participa, mas ainda não... Isso é enraizado na nossa sociedade, não é uma questão do IMAP ou da gestão, mas o que ele vê como uma melhora que poderia ser feita nesse programa, que é um programa fantástico, que

está sendo ampliado, não para, tem vários espalhados. Antigamente era só na regional, agora está no bairro, quer dizer, está cada vez mais descentralizado, acho que isso ajuda muito. Mas é uma pergunta mais no âmbito para a população saber o que ele, dentro do IMAP, e a sua equipe pensam se fosse para aprimorar esse projeto, se ele vê algum tipo de outra ferramenta para a melhora do Fala, que é sem dúvida alguma um grande programa. Em tempo, parabenizando toda equipe do IMAP na figura da Adriane. Fica aqui esse registro e essa pergunta breve. **O SR. PRESIDENTE:-** Devolvemos a palavra à Sra. Daniele e após ao Sr. Alexandre. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Vereador Bruno Pessuti, nós entendemos e não entenda que a demonstração que foi feita aqui foi qualquer crítica, pelo contrário, o importante, entendo eu, da renúncia fiscal é que sempre demonstramos, que mostremos qual é a renúncia, qual é o valor, quem são os beneficiários. Acho que a transparência é fundamental no processo de renúncia fiscal, até porque é uma seara bastante complexa. Estamos vendo na União uma série de críticas sobre o processo de renúncia. Ela é efetiva, ela é importante, mas ela precisa ser demonstrada, precisa ser transparente, precisa ser clara para a população. Quem está sendo beneficiado, por que está sendo beneficiado, que tipo de retorno está nos dando. É muito importante que ela seja estratégica e que ela tenha eficácia. Não pode ser uma renúncia *ad eternum*, nós queremos fazer as empresas crescerem, queremos fazer as empresas melhorarem, queremos que o valor agregado dos produtos no Município aumente cada vez mais, mas não podemos fazer isso o tempo todo para as mesmas empresas. É muito importante que tenhamos um foco de estratégia, no sentido de que não sustentemos algumas em detrimento de outras. Então, esses critérios da renúncia fiscal é que são importantes, que precisam ser revistos o tempo todo, com um olhar crítico e que precisam ser demonstrados e deixados transparentes. Mas entendo e concordo com o senhor que é significativa a importância que temos no processo de renúncia fiscal como um instrumento de desenvolvimento do Município e que isso pode retornar de uma forma muito benéfica. Vereadora Noemia, quanto a Creche do Vovô, a Prefeitura inclusive recentemente se posicionou como uma cidade amiga dos idosos e tem trabalhado no desenvolvimento de políticas para preparar a cidade para esse momento, que é o momento em que teremos mais pessoas acima dos sessenta anos do que as pessoas jovens. Então, a Prefeitura tem sim trabalhado nesse sentido. Acho que toda pauta é discussão, toda pauta pode ser discutida, há sempre um processo nesse sentido. Quanto aos centros de dependência química, temos uma ação prevista para o exercício que vem. A criação efetiva de órgão público para isso, até onde eu sei não tem listado dentro do PPA, para esse PPA. Temos sempre que ter em aspecto uma visão ampla de que estamos tendo uma retenção dos recursos do SUS. Os nossos valores repassados pelo SUS, embora tenhamos uma demanda sempre crescente nos hospitais, porque a medicina tem apresentado custos cada vez mais altos e temos esse momento pós-pandemia que também nos é bastante custoso, infelizmente, as reduções dos repasses do SUS. Isso também tem que ser levado em consideração na hora em que abrimos um equipamento, porque são equipamentos bastante dispendiosos. **O SR. PRESIDENTE:-** No próximo bloco temos inscritos os Vereadores Alexandre Leprevost, Professor Euler e Tico Kuzma. Com a palavra o Vereador Alexandre Leprevost. **O Sr. Alexandre Leprevost:-** Obrigado, Vereador Serginho. Quero cumprimentar o Alexandre e a Daniele. Também um cumprimento especial ao Alexandre pelo excelente trabalho com o Fala Curitiba, que sem dúvida é um programa que vem revolucionando a nossa cidade, aproximando a população da gestão pública e isso é de extrema importância. Eu gostaria de falar sobre um assunto específico e se possível se a Daniele, em especial, soubesse um pouco mais de informações, mas desde que eu entrei como Vereador aqui venho sugerindo a implantação do hospital público veterinário. E nós vimos na apresentação de metas e prioridades a questão dos investimentos com obras e equipamentos e eu fico muito feliz porque o hospital público veterinário consta nessa previsão orçamentária. A minha pergunta é se nós podemos considerar a certeza de que conseguimos a conquista dessa demanda tão importante e também se temos... Eu sei que às vezes

algumas dessas informações fogem um pouco do seu setor, mas se temos um pouco mais de informações sobre essa implantação, questões de prazos, estruturas e local? Porque é uma demanda de extrema importância e que a cidade realmente está esperando, necessita e estamos ansiosos para termos mais informações referentes a isso. Tenho certeza de que todos aqueles que amam o mundo pet, o mundo animal também estão ansiosos em relação a isso. Desde já agradeço e parabéns pelo trabalho. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra o Vereador Professor Euler. **O Sr. Professor Euler:-** Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pela apresentação. Eu quero voltar ao tema do transporte coletivo, vocês que são da área da administração, do planejamento e da economia certamente conhecem a curva de Laffer. Vou fazer uma comparação. Se houver uma alíquota para qualquer imposto que seja de 0%, significa que a sua arrecadação será de 0%. Em contrapartida, se tiver uma alíquota muito alta, também a arrecadação tende a 0% porque as pessoas caem na desobediência civil e param de pagar impostos. Penso que se fizermos a devida adaptação para o transporte coletivo, é similar, se tivermos uma alíquota zero a arrecadação vai ser 0%, tem que ser compensada toda com subsídio. E se você tiver um valor de passagem, imaginem vinte reais por exemplo, ninguém vai querer pegar ônibus e conseqüentemente a arrecadação também cai para zero e o subsídio teria que ser enorme. Então, certamente existe um preço ótimo, um valor ótimo da tarifa e que talvez seja o grande desafio de ser calculado. Qual é aquele valor que a população reconhece como um valor justo, que vale a pena deixar o carro em casa, não pagar Uber e pagar pelo transporte coletivo? Pensando nisso, de 2008 para cá e isso não é um fenômeno de Curitiba, mas nacional, mas de 2008 para cá, em quinze anos, Curitiba perdeu cerca de metade dos seus usuários de ônibus. É um valor muito grande, expressivo e um dos efeitos disso foi o aumento da passagem, se você tem menos gente pagando, aqueles que estão pagando têm que de certa forma cobrir o valor do custo fixo que você tem ali, o que encarece a passagem. A pergunta é, temos ali cerca de cento e noventa milhões colocados na LDO para o transporte coletivo, que significa mais ou menos dezesseis milhões por mês. Será que não valeria a pena algum estudo em conjunto com a Urbs no sentido de talvez reduzirmos a passagem de ônibus, justamente pensando que essa redução da passagem de ônibus poderia fazer voltar o transporte coletivo a ter um maior número de usuários e conseqüentemente até reduzir esse subsídio que temos atualmente? Temos aqui o Vereador Rodrigo Braga Reis, o Vereador Bruno Pessuti, eu e a Vereadora Georgia que fazemos parte da Comissão que tem estudado esse assunto. Mas acho que é algo que também a administração pública tem que levar em consideração. A pergunta é essa: será que não vale a pena um estudo em conjunto com a Urbs para tentarmos reduzir a passagem de ônibus e aí conseqüentemente talvez no futuro possamos prever um valor menor de subsídio? Acho que esse seria um dos caminhos a serem estudados na administração pública. Muito obrigado. **O SR. PRESIDENTE:-** Fechando o bloco de perguntas, com a palavra o Vereador Tico Kuzma, Líder do Governo. **O Sr. Tico Kuzma:-** Obrigado, Vereador Serginho. Aproveito a oportunidade para parabenizar V.Exa., todos os Vereadores dessa Comissão e também os demais servidores da Câmara Municipal que se debruçam para fazer essa parte da Câmara Municipal dentro da legislação. Cumprimento o Presidente do IMAP, o Alexandre, a Daniele e os demais servidores do IMAP e da Prefeitura. Assim como falou o Vereador Serginho, quero parabenizá-los pela condução desse processo, que vemos aqui não como uma condução apenas para cumprirmos a legislação, o Fala Curitiba é muito mais do que isso, o Fala Curitiba é realmente abrir a possibilidade das pessoas participarem do orçamento da Cidade de Curitiba. Temos visto isso ano a ano, audiência após audiência. Estivemos na semana passada na Regional do Pinheirinho juntamente com o nosso Vice-Prefeito Eduardo Pimentel e vimos mais de duas centenas de pessoas participando presencialmente do Fala Curitiba, fora aquelas fichas que são preenchidas de forma on-line. Então, está se mostrando que o Fala Curitiba não é apenas para cumprirmos a legislação que trata das audiências públicas, de ouvir a população, mas a Prefeitura demonstra, o Prefeito Rafael Greca com a sua gestão, que realmente queremos ouvir

a população e colocar as suas prioridades (C) dentro do orçamento. Então, Alexandre, Daniele, parabéns pela condução! E parabéns, Dani, como falou o Vereador Serginho, cada vez mais didática a apresentação do orçamento, da Lei de Diretrizes, que facilita a compreensão dos Vereadores e da população. Parabéns e muito obrigado pela dedicação de vocês! **O SR. PRESIDENTE:-** Antes da devolutiva, só fazer o registro da presença do Deputado Federal Reinhold Stephanes Júnior, ele que é ex-Vereador desta Casa, representante do PSD, está presente, fazendo uma visita a este Legislativo. Também registrar as presenças do William, da dupla Willian e Renan; da Sra. Maria do Carmo, de Foz do Iguaçu, a convite do Vereador Oscalino; e da Sra. Ana, esposa do Vereador, presente conosco também. Sejam todos bem-vindos! (*Palmas*). Devolvemos a palavra ao Sr. Alexandre e, na sequência, a Sra. Daniele. **O SR. ALEXANDRE MATSCHINSKE:-** Obrigado pela pergunta, Vereador Pier. Vereador Alexandre também, obrigado pela menção à condução do programa, Vereador Tico. Realmente é um programa que nós do IMAP e da Prefeitura vemos com muito orgulho, porque realmente vem aproximando a gestão pública, os técnicos, a classe política, os Vereadores, que se têm se feito presentes nas reuniões, engrandece o programa, valida a participação do Poder Legislativo, do Poder Executivo, da comunidade. Fica aqui o convite para aqueles Vereadores que ainda não se fizeram presentes. O convite está aberto a todos os senhores poderem ter esse contato próximo com a comunidade. Vereador Pier, o que eu sempre falo, desde 2017, quando nós criamos esse programa Fala Curitiba, de ter essa oportunidade de transformar a consulta pública, e como o Vereador Tico falou, transcende, vamos dizer, a parte da obrigatoriedade de ter uma consulta pública, transformar num programa em que temos a possibilidade de extrair e trazer devolutivas à comunidade. Desde 2017, todos os anos o Fala Curitiba teve algum aprimoramento, alguma evolução. Eu brinco que nunca teremos no Fala Curitiba um modelo ótimo. É uma discussão que nós sempre temos lá no IMAP. A ideia é que todo ano a gente busque entender tanto com a comunidade, como com os técnicos da Prefeitura, os administradores regionais, tudo aquilo que aconteceu de bom que deve ser repetido e ampliado, tudo aquilo que não aconteceu de uma maneira tão dinâmica para que possamos mudar. Então, por exemplo, o Fala Curitiba Móvel foi uma dessas ações que nós trouxemos para o programa, para melhoria; participação on-line também é uma melhoria. Agora perguntando em que ainda poderíamos evoluir, na minha opinião seria talvez até uma participação e uma contribuição dos Vereadores. O programa determina a eleição de dez ações prioritárias em cada uma das dez regionais que se tornam uma obrigação para a execução do Município. O orçamento da cidade vai ser previsto levando em consideração essas cem ações eleitas na cidade toda. O que talvez pudesse partir para uma evolução seria uma participação, talvez através de uma emenda parlamentar, para que possamos ver, daquelas ações que não foram eleitas, mas são viáveis, que talvez possamos estabelecer uma parceria com a Câmara para tentar atender algumas dessas demandas não eleitas, mas de grande significância popular. Porque às vezes nós temos lá ações que foram eleitas com duzentos votos, com cento e cinquenta votos da comunidade em um determinado bairro, mas ficou de fora uma que tem cento e cinquenta, que tem cento e quarenta e nove. Talvez essas ações nós pudessemos estabelecer uma tratativa de comunicar isso com os senhores para tentar atender um número maior de pessoas. São diversas as ações que nós podemos pensar como melhoria. Essa é uma delas, existem outras e todo ano, observando o andamento do programa, vamos mudando e estabelecendo novos caminhos que possibilitem e facilitem cada vez mais a participação da comunidade. Obrigado. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Bom, então para finalizar, as últimas respostas. Ao Vereador Leprevost, a questão do hospital veterinário está contemplada. Existem sim algumas tratativas já, se não me engano, com área, com o local, mas essas informações nós ainda não temos. Isso deve chegar na época do orçamento, aí sim nós teremos como será feito, de que forma, em que local, aí será definido no orçamento. Provavelmente ainda está em negociação, ainda estão tentando fechar esse detalhamento. Professor Euler, vou lhe pedir desculpas porque

não consigo alcançar a extensão de toda a resposta que o senhor precisa sobre o transporte, porque não disponho de todas essas informações. Por certo, há sim um preço ótimo que nos colocaria num patamar de melhor atendimento, de uma frequência maior do transporte, mas nós sabemos a complexidade do tema de transporte que também não está relacionado exclusivamente a preço, tem outras questões que envolvem também, e eu não sou a pessoa mais certa para lhe falar sobre isso. Acho que teria que ser alguém da Urbs, que tenha a noção de todo esse quadro complexo que envolve o transporte, mas posso lhe garantir que o transporte é um tema sempre recorrente nos estudos e no acompanhamento do Município, porque também é um custo relevante. No orçamento nós temos a previsão de sessenta milhões, Vereador, e cento e cinquenta estão reservados, é uma previsão de risco, não uma previsão de gastos. Está lá previsto no valor de risco. Agradeço a citação do Vereador Tico, e pode ter certeza de que o trabalho é sempre no sentido de trazer informações mais relevantes e mais claras para que possa informar aos Vereadores e à população a melhor forma, chegar aos Vereadores e à população da melhor forma para que o entendimento sobre a participação e sobre o orçamento seja cada vez maior, que é relevante para a cidade. São essas [as respostas]. *(Se dirige ao Presidente)*. **O SR. PRESIDENTE:-** Gostaria de fazer alguns registros, já finalizando esta audiência. Agradecer mais uma vez as presenças do Sr. Alexandre Matschinske, presidente do IMAP, esteve conosco e trouxe relevantes informações, principalmente um destaque ao Fala Curitiba; da Sra. Daniele dos Santos, superintendente de Finanças, representando o Secretário Cristiano Hotz; da Adriane Cristina dos Santos, diretora do IMAP, que faz parte dessa equipe que vem desenvolvendo esse programa na mesma frequência com a população. Percebemos que o Fala Curitiba tem dado uma frequência muito boa nesse sentido, então parabênzulo a toda equipe de Inovação e Planejamento; do Sr. Márcio Heimowski, gerente de Orçamentos da Secretaria de Finanças; do Sr. Carlos Eduardo Kukolj, diretor de Orçamento da Secretaria de Finanças; de todos os Vereadores membros da Comissão de Economia e Finanças; dos Vereadores; do Deprole, na figura da Izabela, que ajudou a promover esta audiência; na figura da Jussana, toda a equipe de servidores da Comissão de Finanças, que nos apoiam no dia a dia. Não havendo mais perguntas e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a presente audiência pública, agradecendo a participação das Sras. Vereadoras, dos Srs. Vereadores, das demais autoridades e todos que acompanharam pelas redes sociais e presencialmente neste dia. Passo a presidência ao Vereador Marcelo Fachinello. Está encerrada a audiência. Um bom dia a todos!" Do que para constar, eu, Roberjan Prestes Filho, lavrei a presente Ata de Comissão, conforme as notas taquigráficas de Patricia de Andrade, Redatora. A ata será disponibilizada aos vereadores da comissão e, se não houver impugnação no prazo de três dias úteis, será considerada aprovada.

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)
Presidente

Indiara Barbosa
Vice-presidente

Bruno Pessuti
Membro

Giorgia Prates - Mandata Preta
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Osias Moraes
Membro

Professora Josete
Membro